



VILAREALSTºANTONIO

1
HélicGsl
A

ATA Nº. 12/2018

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 8 de maio de 2018.

Aos oito dias do mês de maio de 2018, na Sala de Atos da Casa da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Presidente, Maria da Conceição Cipriano Cabrita, comigo, Hélia Marina Mestre Valente da Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, compareceram, pelas nove horas e quinze minutos, os Srs. Vereadores Luis Miguel Guerreiro Romão, Carla de Fátima Leiria Sabino Viegas, Rui Carlos Piloto Pires, António Maria Farinha Murta, Cristina Nogueira Mira e Álvaro Filipe Madeira Leal, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DE ATA;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL – CC421/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL 2018 – CC423/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL – CC425/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL 2018 – CC429/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;

- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE MONTE GORDO;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. ANTÓNIO PASSOS, N.º 71, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: MEDILOIA – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA CÂNDIDO DOS REIS, N.ºS 127 E 129 E RUA DR. JOSÉ GUIMARÃES, N.º 20, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA LOPES;
- DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA 1.º DE MAIO, N.º 48, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: ERMELINDA GUERREIRO RITA FERNANDES MONTEIRO;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - MARIA LUCÍLIA PINTO DE SOUSA PEREIRA;
- PAGAMENTO FASEADO DE TAXAS MUNICIPAIS - EMÍDIO MENDES MONTES;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.159.601,24 € (um milhão cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e um euros e vinte e quatro centimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que após ter questionado a Sra. Presidente sobre o processo de privatização das águas, e de esta lhe ter dito que na reunião ordinária seguinte iria prestar os devidos esclarecimentos sobre o processo, tomou conhecimento que três dias depois a Câmara Municipal tinha assinado o contrato com a Aquapor, pelo que solicitou que lhe fosse facultado o contrato.

Face a divergências de interpretação sobre o que é mencionado nas atas da Câmara Municipal referiu que as reuniões deveriam ser gravadas.

Solicitou um ponto de situação relativamente aos seguintes assuntos:

Plano de contenção financeira;

Estruturas no calçadão em Monte Gordo;

Identificação/origem de um buraco numa rua em Monte Gordo;

Evolução sobre o processo do Hotel em Monte Gordo;

Alteração da localização da barra de Cacula Velha.

Instalação de ecopontos junto à Igreja de Monte Gordo e em frente aos cafés, qual a necessidade de colocação de mais ecopontos sendo aquela uma zona nobre;

Informação sobre a não atribuição de bandeira azul à Praia da Fábrica;

h
Hélio Gsl
A

Responsabilidade pela lixeira a céu aberto à entrada de Vila Real de Santo António, mais concretamente no designado Sapal do Rato.

O Sr. Vereador António Murta questionou, face à adjudicação da exploração das águas em baixa e esgotos à Aquapor, sobre a viabilidade da empresa municipal VRSA SGU.

Relativamente à dívida de 30 milhões quem irá proceder à regularização da mesma, a população, a Câmara Municipal ou a empresa adjudicatária.

Afirmou ainda, que após consulta através da internet, verificou que as empresas Aquapor, Neurifen, ESSE e o representante da Mercedes, têm a sua sede social no mesmo prédio em Lisboa, dando a sensação que o Município está entregue a um grande grupo económico.

A Sra. Presidente referiu que não esteve presente na última reunião ordinária da Câmara Municipal em cumprimento de uma notificação judicial. O concurso de concessão das águas foi um concurso público, promovido/desencadeado durante o mandato do anterior executivo, do qual ambos (a Presidente e o Vereador Álvaro Leal) fizeram parte. Informou que o processo foi remetido para visto do Tribunal de Contas e para parecer da ERSAR, pelo que a sua execução depende da sua admissibilidade por estas duas entidades.

No entanto, a alteração do tarifário está sujeito a aprovação em sede de reunião de Câmara Municipal e de sessão da Assembleia Municipal.

Esclareceu que está a ser elaborado um estudo para verificar a viabilidade da empresa municipal sem aquelas receitas;

Quanto à dívida às Águas do Algarve em parte está relacionada com os valores mínimos acordados ainda durante o mandato do atual Vereador António Murta.

Em face do que o Sr. Vereador António Murta solicitou que lhe fosse facultado o referido documento.

Sobre as questões expostas pelo Sr. Vereador Álvaro Leal, a Sr.^a Presidente informou:

O Plano de contenção financeiro está a ser ultimado;

As estruturas no calçadão em Monte Gordo, que estão a ser construídas, são 6 quiosque, 4 grande e 2 pequenos; na zona nascente do Casino destinado à instalação do Posto de Turismo nos termos a protocolar cuja previsão para a sua conclusão data de 31 de maio e 30 de junho, respetivamente;

O buraco identificado numa rua em Monte Gordo junto ao estabelecimento "EPI", teve origem no abatimento da via decorrente da existência de uma conduta de esgoto, e já foi reparado;

Quanto à evolução sobre o processo do Hotel em Monte Gordo, foi realizada uma reunião com o Sr. Ministro do Ambiente em que foi discutido a situação do Hotel, a realocização do Parque de Campismo de Monte Gordo, toda a zona do calçadão e alteração da localização da barra de Cacela Velha, estando a aguardar o agendamento de nova reunião;

A Câmara Municipal ainda não foi informada sobre a não atribuição de bandeira azul à Praia da Fábrica;

A lixeira a céu aberto à entrada de Vila Real de Santo António, mais concretamente no Sapal do Rato, informou que a Câmara Municipal não é a responsável pela deposição de detritos, implicando a sua limpeza um encargo financeiro considerável, está prevista uma intervenção faseada.



Relativamente à instalação de ecopontos junto à Igreja de Monte Gordo e em frente aos cafés, o Sr. Vereador Rui Pires informou que se tratou de uma sugestão/estudo efetuado pela ALGAR, e que pelas suas dimensões dos atuais não é possível manter a sua anterior localização.

A Sra. Vereadora Cristina Mira reiterou o alerta sobre o incumprimento do disposto no artigo 10.º do Estatuto do direito de oposição, que estabelece que até ao final do mês de março do ano subsequente, àquele a que se refiram, são elaborados relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias por aquele consagrados.

O Sr. Vereador Álvaro Leal questionou se os passadiços na Praia de Vila Real de Santo António iriam ser alvo de manutenção.

A Sra. Presidente prestou alguns esclarecimentos sobre o Movimento de Cidadania da EN 125, dando conta de que irá ser alvo de uma considerada pequena intervenção, dado os montantes envolvidos, a decorrer entre o dia 15 de maio e 1 de junho.

O Sr. Vereador Álvaro Leal referiu que ainda não recebeu qualquer informação sobre os requerimentos, relativamente, aos contratos programa com o Clubes e Associações do Concelho, apoios às Associações de Pesca e o contrato de prestação de serviços da SGU celebrado com a firma Tesaba.

7
Heidegl.
X

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DE ATA.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias da ata aos membros deste Órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, por não terem estado presentes, aprovar a Ata n.º 8 da reunião ordinária realizada em 27 de março de 2018.

8
-
Hélio L
X

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL – CC421/2018 – PEDIDO DE PARECER
PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta alternativa, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“ Os Vereadores do Partido Socialista contestam esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Sapadores Florestais contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Propomos que seja aberto concurso para admissão do Sapador Florestal em questão.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido foi aceite por unanimidade.



= Postas à votação, em alternativa, a Proposta "A", a do Sr. Vereador Rui Pires, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º da Lei n.º 114/2016, de 29 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços de proteção civil, na modalidade de avença, para a equipa de Sapadores Florestais do Município de Vila Real de Santo António, com a entidade Jorge Manuel Duarte Vaz, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação da Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, documentos que constituem parte integrante da presente ata, teve os votos favoráveis do proponente, da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão e Carla Sabino, pelo que foi aprovada.

A Proposta "B", dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, teve os votos favoráveis dos proponentes e do Sr. Vereador Álvaro Leal, pelo que foi preterida.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Votamos favoravelmente à proposta socialista, por esta ir ao encontro do que tem sido a luta da CDU nestas questões das prestações de serviço, em vez da precaridade dos recibos verdes, a autarquia deve abrir concursos para incorporar estes trabalhadores no seu quadro de pessoal."



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL 2018 – CC423/2018 – PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta alternativa, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“ Os Vereadores do Partido Socialista contestam esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Sapadores Florestais contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Propomos que seja aberto concurso para admissão do Sapador Florestal em questão.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido foi aceite por unanimidade.



= Postas à votação, em alternativa, a Proposta "A", a do Sr. Vereador Rui Pires, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º da Lei n.º 114/2016, de 29 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços de proteção civil, na modalidade de avença, para a equipa de Sapadores Florestais do Município de Vila Real de Santo António, com a entidade Joana Andreia Pires Caleiro, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação da Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, documentos que constituem parte integrante da presente ata, teve os votos favoráveis do proponente, da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão e Carla Sabino, pelo que foi aprovada.

A Proposta "B", dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, teve os votos favoráveis dos proponentes e do Sr. Vereador Álvaro Leal, pelo que foi preterida.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Votamos favoravelmente à proposta socialista, por esta ir ao encontro do que tem sido a luta da CDU nestas questões das prestações de serviço, em vez da precaridade dos recibos verdes, a autarquia deve abrir concursos para incorporar estes trabalhadores no seu quadro de pessoal."

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL – CC425/2018 – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta alternativa, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“ Os Vereadores do Partido Socialista contestam esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Sapadores Florestais contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Propomos que seja aberto concurso para admissão do Sapador Florestal em questão.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido foi aceite por unanimidade.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta "A", a do Sr. Vereador Rui Pires, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º da Lei n.º 114/2016, de 29 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços de proteção civil, na modalidade de avença, para a equipa de Sapadores Florestais do Município de Vila Real de Santo António, com a entidade Marílio Duarte Geada Gonçalves, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação da Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, documentos que constituem parte integrante da presente ata, teve os votos favoráveis do proponente, da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão e Carla Sabino, pelo que foi aprovada.

A Proposta "B", dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, teve os votos favoráveis dos proponentes e do Sr. Vereador Álvaro Leal, pelo que foi preterida.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Votamos favoravelmente à proposta socialista, por esta ir ao encontro do que tem sido a luta da CDU nestas questões das prestações de serviço, em vez da precaridade dos recibos verdes, a autarquia deve abrir concursos para incorporar estes trabalhadores no seu quadro de pessoal."

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL 2018 – CC429/2018 – PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= Pelo Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, foi formulada a seguinte proposta alternativa, no sentido de ser submetida a sua aceitação:

“ Os Vereadores do Partido Socialista contestam esta forma de gestão dos Recursos Humanos, os Sapadores Florestais contratados não tem direito à saúde nem à segurança social sendo-lhes negado os mais elementares direitos a que todos os trabalhadores têm acesso;

A Sra. Presidente referiu que tinha efetuado diligências junto do Governo para sanar estas questões;

Como se o Governo fosse responsável pela enorme dívida e estado de pré-falência que se vive nesta Câmara Municipal, que conduziu a esta política desastrosa;

Os contratos de prestação de serviços não podem eternizar-se, eles existem para serviços parturais e não para contratar pessoas sem nenhuns direitos, durante anos sem fim à vista.

Propomos que seja aberto concurso para admissão do Sapador Florestal em questão.”

Colocada à votação a sua aceitação, a proposta dos Vereadores do Partido foi aceite por unanimidade.

= Postas à votação, em alternativa, a Proposta "A", a do Sr. Vereador Rui Pires, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º da Lei n.º 114/2016, de 29 de dezembro, para a celebração de contrato de prestação de serviços de proteção civil, na modalidade de avença, para a equipa de Sapadores Florestais do Município de Vila Real de Santo António, com a entidade Pedro Miguel Justino Guerreiro, e por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique à Assembleia Municipal, nos termos da deliberação da Reunião Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, de 28 de novembro de 2017, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação da Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, em regime de substituição, documentos que constituem parte integrante da presente ata, teve os votos favoráveis do proponente, da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores Luís Romão e Carla Sabino, pelo que foi aprovada.

A Proposta "B", dos Srs. Vereadores António Murta e Cristina Mira, teve os votos favoráveis dos proponentes e do Sr. Vereador Álvaro Leal, pelo que foi preterida.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Votamos favoravelmente à proposta socialista, por esta ir ao encontro do que tem sido a luta da CDU nestas questões das prestações de serviço, em vez da precaridade dos recibos verdes, a autarquia deve abrir concursos para incorporar estes trabalhadores no seu quadro de pessoal."

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António Mura e Cristina Mira, e a abstenção do Sr. Vereador Álvaro Leal, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luis Romão, no sentido de ser atribuída a numeração policial nos arruamentos das freguesias de Vila Real de Santo António e de Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Alterámos a nossa posição de voto nestas questões, porque valorizamos a suspensão da cobrança da taxa municipal na emissão de certidões toponímicas, no entanto, continuamos sem entender a necessidade destas alterações. Por isso abstemo-nos."

EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NA ZONA DE PROTEÇÃO AO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. ANTÓNIO PASSOS, N.º 71, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: MEDILOIA – MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 768, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 73 m², com a área total de 82 m², destinado a habitação, localizado na Rua Dr. António Passos, n.º 71, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA CÂNDIDO DOS REIS, NºS 127 E 129 E RUA DR. JOSÉ GUIMARÃES, N.º 20, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA LOPES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 5718, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 118,77 m², com a área total de 135 m², destinado a habitação, localizado na Rua Cândido dos Reis, nºs 127 e 129 e Rua Dr. José Guimarães, n.º 20, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da ata.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA 1.º DE MAIO, Nº 48, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - REQUERENTE: ERMELINDA GUERREIRO RITA FERNANDES MONTEIRO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido da Câmara não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano, inscrito na matriz predial sob o artigo 320, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 306,2 m², com a área total de 186 m², destinado a habitação, localizado na Rua 1.º de Maio, n.º 48, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da informação jurídica, documentos que constituem parte integrante da ata.

Pelos Srs. Vereadores Manuel António Murta e Cristina Mira foi formulada a seguinte declaração de voto:

“Votámos favoravelmente considerando que a aquisição deste imóvel é indispensável à concretização das obras de instalação de uma Pousada na zona histórica de Vila Real de Santo António.

Lamentamos que esta proposta venha à decisão da Câmara Municipal depois da assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e o Grupo Pestana em que viabilizou a construção e instalação da Pousada na Zona Histórica Pombalina. É caso para dizer que o carro vem à frente dos bois.”

Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi formulada a seguinte declaração de voto:

"Votamos favoravelmente porque o contrário seria propor que a autarquia exercesse o direito de preferência e entendemos que a situação atual financeira da Câmara Municipal não aconselha essa decisão. No entanto isto não significa que tenhamos mudado a nossa visão em relação ao acordo com o grupo Pestana."

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - MARIA LUCÍLIA PINTO DE SOUSA PEREIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Rui Pires, no sentido de ser deferido o pedido de indemnização apresentado por Maria Lucília Pinto de Sousa Pereira, no valor de € 136,00 (cento e trinta e seis euros) correspondente ao valor da fatura, condicionado à apresentação da documentação que ateste a propriedade do veículo, documento que constitui parte integrante da presente ata.

PAGAMENTO FASEADO DE TAXAS MUNICIPAIS - EMÍDIO MENDES MONTES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador Luis Romão, no sentido de ser deferido o pedido de pagamento em 3 prestações mensais das taxas de ocupação do lugar nº. 141, na zona A, no Mercado Mensal de Cacela, no valor de 1.507,68 €, em nome de Emídio Mendes Montes, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

20
Hélio Gsl
A

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Registaram-se as seguintes intervenções:

O Sr. Mariano questionou se o Município teve de se substituir aos proprietários para realizar a limpeza dos terrenos de acordo com a lei; que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Concelho, disponibilizado no site institucional do município, continua desatualizado; e sobre o teor dos cartazes colocadas na EN 125 que denotam uma conotação partidária.

O Sr. António José Fernandes, na qualidade de representante da empresa 24 Horas Serve, Administradora do Condomínio de alguns dos Lotes sito na Quinta da Manta Rota, alertou para as questões de insegurança decorrentes da falta de limpeza de terreno adjacente, aleado à existência de um depósito de gás – GALP, não sinalizado.

O Sr. Pedro Pires referiu que o procedimento de concessão das Águas foi objeto de um concurso público internacional, cujas peças do procedimento foram aprovadas em sede de reunião da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e quarenta minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, Hélio Marinho Mestre Velante de Costa Gonçalves, Chefe de Divisão da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, em regime de substituição, a redigi, subscrevo e assino.

Hélio Marinho Mestre Velante de Costa Gonçalves

Hélio Costa